

www.lumenjuris.com.br

Editores  
João de Almeida  
João Luiz da Silva Almeida

Conselho Editorial

Cleier Marconsin  
Eunice Teresinha Fávero  
Inês Alegria Rocumback

João Ricardo Wanderley Dornelles  
Maria Celeste Simões Marques

Tania Maria Dahmer Pereira  
Valéria Lucília Forti  
Yolanda Aparecida Demétrio Guerra

Rio de Janeiro  
Centro - Rua da Assembléia, 10 Loja G/H  
cep 20011-000 - Centro  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel. (21) 2531-2199 Fax 2242-1148  
Barra - Avenida das Américas, 4200 Loja E  
Universidade Estácio de Sá  
Campus Tom Jobim - cep 22630-011  
Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ  
Tel. (21) 2432-2548 / 3150-1980  
São Paulo  
Rua Correia Vasques, 48 - CEP: 04038-010  
Vila Clementino - São Paulo - SP  
Telefax (11) 5908-0240 / 5081-7772  
Brasília  
SCLS quadra, 402 bloco D - Loja 09  
cep 70236-540 - Asa Sul - Brasília - DF  
Tel. (61)3225-8569

Minas Gerais  
Rua Araguari, 359 - sala 53  
cep 30190-110 - Barro Preto  
Belo Horizonte - MG  
Tel. (31) 3292-6371  
Bahia  
Rua Dr. José Peroba, 349 - Sls 505/506  
cep 41770-235 - Costa Azul  
Salvador - BA - Tel. (71) 3341-3646  
Rio Grande do Sul  
Rua Padre Chagas, 66 - Loja 06  
Moinhos de Vento - Porto Alegre - RS  
CEP: 90570-080 - Tel. (51) 3211-0700  
Espírito Santo  
Rua Constante Sodré, 322 - Térreo  
CEP: 29055-420 - Santa Lúcia  
Vitória - ES.  
Tel.: (27) 3235-8628 / 3225-1659

CLÁUDIA MÔNICA DOS SANTOS

NA PRÁTICA A TEORIA É OUTRA?  
Mitos e Dilemas na Relação entre  
Teoria, Prática, Instrumentos e  
Técnicas no Serviço Social

2ª Tiragem

Editora Lumen Juris  
Rio de Janeiro  
2011

## CAPÍTULO 2

### AS DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA, ÉTICO-POLÍTICA E TÉCNICO-OPERATIVA DA PRÁTICA PROFISSIONAL

Ao examinar os dados secundários acerca dos instrumentos e técnicas na formação profissional do assistente social (Santos, 2007), constato que a formação profissional convive hoje com posições antagônicas, das quais destaco três, que precisam ser superadas.

A primeira, que faz parte da herança cultural e intelectual do Serviço Social no Brasil, consiste na presença de uma concepção tecnicista que se caracteriza pela associação direta entre competência técnica e competência profissional, privilegiando-se, na formação, o aspecto técnico, e sendo esse tratado como um fim em si mesmo e de forma unilateral. Credita-se, unicamente aos instrumentos e técnicas, a responsabilidade pela "eficiência e eficácia" da ação.

A segunda posição se origina da preocupação da formação em não reduzir o ensino da prática ao "como fazer". Isso tem gerado um limitado trato dos instrumentos e das habilidades necessárias ao seu manuseio, fortalecendo uma valorização unilateral da dimensão teórico-política da intervenção profissional, sob a alegação de que *um bom ensino teórico é suficiente para se apreender, distinguir e habilitar os estudantes a utilizarem os instrumentos e técnicas necessários à intervenção profissional*. Como já observado, essa concepção reforça a acusação da categoria profissional de que *a direção teórica marxista não se viu acompanhar de um arsenal de instrumentos e técnicas próprios*.

As informações oferecidas sobre o projeto de formação profissional em vigor indicam que, de meados da década de 1980 até nossos dias, há também uma terceira posição, a qual consiste em situar os instrumentos de forma não isolada, não fragmentada, mas sim como um dos elementos que constitui a dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Esta, por sua vez, é concebida em uma relação de unidade com as demais dimensões necessárias à prática interventiva do Serviço Social, quais sejam, a dimensão teórico-metodológica e a ético-política. Contraditoriamente, a meu ver, os profissionais defendem a relação de unidade entre as três dimensões, mas

não reconhecem suas diferenças, o que, no limite, induz à consideração da unidade entre as dimensões da profissão como identidade.

Tanto o "tecnicismo" quanto o "teoricismo" impregnados nessas posições induzem à concepção de que a teoria se transforma de imediato em ações e, ainda, que "instrumentos e técnicas são aferidos, diretamente, de uma teoria".

O ponto de partida dessas posições é uma visão inadequada da concepção marxista de teoria e prática que resulta no limitado e insuficiente tratamento desses elementos constituintes da dimensão técnico-operativa da profissão, quais sejam, os instrumentos e técnicas.

No capítulo I procurei esclarecer esse equívoco, detendo-me na concepção de teoria e prática no materialismo histórico-dialético, para o qual a teoria seria a reconfiguração do movimento do real pelo pensamento. A prática constitui esse real, ela o cria, é o processo de construção da vida social e, nesse sentido, a própria existência humana. Se a teoria é uma reprodução intelectual do movimento real do objeto, ela parte, como tal, da prática e tende para a prática, mas, também, a ilumina e a antecipa.

Ao explicitar essa concepção, constato que há, igualmente, uma relação de unidade entre teoria e prática, mas na diversidade. Ou seja, toda prática é constituída por determinações que refletem uma lei, entretanto, essa lei não se expressa na aparência do objeto; para que seja apreendida é necessário um movimento que gere um conhecimento teórico sobre esse fenômeno. Assim, somente quando se tem um procedimento teórico sobre a prática é que ela poderá expressar uma teoria, a qual só poderá modificar a prática quando for utilizada para projetá-la e avaliá-la, ou seja: o âmbito da prática é o da efetividade da ação sobre o mundo e o âmbito da teoria é o de criar finalidades ou resultados ideais para a ação. A teoria possibilita a ação, uma vez que aponta as tendências nela presentes.

A partir desses fundamentos, concluo que uma teoria não pode originar, de imediato, uma prática e igualmente os instrumentos não surgem, de imediato, de uma teoria. A passagem da teoria à prática se dá nos processos de objetivações humanas, uma vez que, na acepção de Lukács (1978), a essência do trabalho e de todas as práxis sociais humanas é a articulação entre teleologia e causalidade, cujo resultado é uma causalidade posta. A objetivação envolve prática – pois o homem só existe na relação prática com a natureza e com a sociedade – e é teórica na medida em que essa relação é teleológica. A passagem da teoria à prática, então, necessita das definições dos fins e da busca dos meios, que, por sua vez, implicam uma dimensão ético-política e uma dimensão técnico-operativa.

Dessa forma, neste segundo capítulo, defendo a dificuldade existente quanto aos meios e a posição dos fins no pôr teleológico. Objetivo, ainda, responder à questão: qual a relação existente entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa?

Assim, detenho-me nos dois elementos constitutivos do pôr teleológico como elementos que interferem na passagem da teoria à prática, ressaltando que aceitar a unidade entre as dimensões que atravessam esses elementos é também aceitar as suas diferenças, uma vez que unidade não pode ser reduzida à identidade. Assim, aponto, nesse processo, teoria-fins-meios-prática, tanto a unidade entre as dimensões aqui privilegiadas, quanto as diferentes funções desses elementos na efetivação da ação, detendo-me nos instrumentos como um dos elementos que faz parte dos meios.

Ressalto que, se a prática profissional interventiva do Serviço Social requer tais dimensões, a formação profissional deve, por sua vez, contemplar, de fato, os conhecimentos necessários a essas competências, quais sejam, conhecimentos teóricos, conhecimentos ético-políticos e conhecimentos procedimentais, visto que o Serviço Social é uma profissão interventiva.

## 2.1. A Posição dos Fins e a Busca dos Meios para Tornar Ato a Finalidade

Para Marx (1982), a teleologia é imanente à práxis humana, ela só existe nesse processo, o que distingue os homens dos animais, ou seja, o homem se diferencia dos animais por buscar atingir seus objetivos por meio de uma ação racional, por ter uma prévia-ideação. Dessa forma, a passagem da teoria à prática é inerente à passagem da teleologia à causalidade posta; à passagem do reino da possibilidade ao reino da efetividade; à passagem da finalidade ideal à finalidade real. Nesse processo, a teleologia ocupa um papel determinante.

A posição teleológica tem por limite as determinações da causalidade. Assim, teleologia e causalidade, apesar de se contraporem – a primeira encontra-se no âmbito do pensamento e a segunda no âmbito da matéria (natural ou social) –, estão intimamente ligadas. Um fim só pode ser posto em relação a um objeto, ou seja, a finalidade incide sobre uma matéria, ela pretende transformar algo. Por sua vez, as determinações que constituem a causalidade limitam a finalidade ou, melhor dizendo, podem impedir ou ser o motivo da escolha daquela finalidade.

A finalidade posta movimentará vários objetos materiais – orgânicos, inorgânicos, humanos e sociais –, os quais reagirão a essa posição: adaptando-se, acomodando-se, mudando de forma, desencadeando outras causalidades, desencadeando outras finalidades.

Para a teleologia transformar uma realidade objetiva (uma causalidade) em uma causalidade posta, ou seja, em um produto, ela precisa pôr o fim e buscar os meios que possibilitem esse processo. No dizer de Lukács (2004, p. 68), referindo-se a Aristóteles, “posto o fim tem-se que buscar os meios para realizá-lo. Através dos meios, o fim posto se torna real”. A teleologia necessita da definição dos fins – o que implica uma dimensão ético-política – e da escolha dos meios – o que implica, também, uma dimensão técnico-operativa –, sendo que a dimensão teórica influencia tanto as opções finalísticas quanto a escolha dos instrumentos operativos nesse processo de objetivação humana. Dessa forma, é na relação de unidade entre teoria-fim-meio que ocorre a efetivação da prática.

No ato teleológico, a posição do fim se origina de uma necessidade social, ao mesmo tempo em que necessita dar uma resposta a essa necessidade. Ela antecede a realização, ou seja, a finalidade existe antes da efetivação da ação, ela é condição para tal, consoante Lukács (2004, p. 69): “um projeto ideal se realiza materialmente, uma finalidade pensada transforma a realidade material, insere na realidade algo de material que, no confronto com a natureza, apresenta algo de qualitativamente e radicalmente novo.” Ou seja, a finalidade não caminha sozinha, não se concretiza caso não tenha um movimento para isso. Para que a finalidade ideal se torne finalidade real, ou seja, para que a finalidade se torne ato, é necessário buscar, criar ou modificar os meios para transformar a causalidade dada em causalidade posta. É somente nesse sentido que a finalidade pode tornar-se realidade.

Em outros termos, a finalidade, que é um ato subjetivo, é posta sobre um objeto – a causalidade espontânea – que pode ser uma matéria orgânica ou inorgânica ou o próprio homem ou a sociedade. Ao mesmo tempo em que o pensamento, mesmo que inconscientemente, estabelece a finalidade de sua ação, ele articula a busca dos meios necessários para se alcançar aquela finalidade, para transformar as causalidades espontâneas – ou seja, as condições já encontradas – em causalidades postas. A busca dos meios tem, assim, um papel fundamental no alcance dos fins, porém, é a finalidade que tem o papel de dirigir o pôr teleológico.

Essa afirmativa implica que, nessa concepção, os meios devem estar intimamente relacionados com a posição dos fins: os homens buscam meios que lhes deem respostas aos fins.

Buscar os meios para transformar a causalidade dada requer um conhecimento, mesmo que mínimo, das determinações que envolvem essa matéria (natural ou social), um conhecimento dos nexos causais dos objetos, um conhecimento do real, das determinações do real, sem o qual não é possível transformar esse objeto sob o risco de permanecer a finalidade no âmbito ideal. Isso significa que, para uma finalidade se efetivar, para que uma finalidade transforme uma causalidade em causalidade posta, devem-se conhecer as determinações dessa causalidade para que se possa interferir sobre ela e, assim, modificá-la. Não se trata exclusivamente do conhecimento da realidade em geral, mas do conhecimento dos objetos concretos que fazem parte do processo.

Lukács (1978, p. 8) resume a relação existente entre esses elementos, quando afirma que

o trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios [...] quanto mais elas [as ciências] crescem, se intensificam etc., tanto maior se torna a influência dos conhecimentos assim obtidos sobre as finalidades e os meios de efetivação do trabalho.

A necessidade que põe finalidades põe também necessidade de buscar meios para a efetivação dessas finalidades. A necessidade de buscar meios para realizar uma necessidade posta na finalidade faz com que os homens busquem alternativas que possibilitem a realização da finalidade, ou seja, busquem objetos que possuam características apropriadas à efetivação da finalidade dada. De posse das alternativas, os homens avaliam e escolhem aquelas que poderão lhes oferecer um resultado favorável, ou seja, que lhes permitirão agir.

Esse movimento faz com que os homens aperfeiçoem seus conhecimentos sobre os objetos a serem transformados para se atender às necessidades, como também faz com que desenvolvam as habilidades necessárias para agir. Assim, a busca dos meios, ao mesmo tempo em que consagra alguns conhecimentos sobre a natureza e habilidades no manuseio dos instrumentos para a ação, gera a busca de novas necessidades que requeiram novos conhecimentos sobre os objetos mais adequados para atingir os fins propostos. É pela busca dos meios para efetivar uma posição do fim que os conhecimentos do real se desenvolvem, que a ciência se origina e se aperfeiçoa. Lukács (2004, p. 73) afirma que “o ponto no qual o trabalho se liga ao pensamento científico e ao seu desenvolvimento é, do ponto de

vista da ontologia do ser social, exatamente aquele campo por nós designado como busca dos meios".

Sob esse aspecto, é bom ressaltar que os conhecimentos necessários à busca dos meios, nos primórdios do trabalho, são frutos da observação, da experiência de vida, da acumulação das experiências no trabalho. O conhecimento tem início com a experiência que se abstrai, que rompe com a imediatividade do dado empírico. Na acepção de Lukács, apreender o real pela consciência – tão necessário ao pôr teleológico – tem o caráter de "reflexo";<sup>1</sup> pois, caso fosse preciso um conhecimento teórico para o homem trabalhar, o trabalho não existiria, uma vez que é o trabalho que desenvolve a consciência, esta é produto tardio do desenvolvimento do homem, porém de maneira nenhuma secundário.<sup>2</sup> Segundo o autor (2004, p. 81), com base em Marx, "a realidade do pensamento, o caráter não mais epifenomênico da consciência só pode ser apreendido e demonstrado na *práxis*". Daí ser o trabalho considerado, por ele, como a forma originária de todas as *práxis*.

O conhecimento das determinações do real na efetivação do pôr teleológico, ou seja, "a consciência que reflete a realidade", tem um caráter de possibilidade. O caráter de possibilidade significa que o reflexo da realidade possibilita, mas não efetiva, a passagem da causalidade à causalidade posta. Ela pode contribuir, o que não significa que vá contribuir. Com outras palavras, a consciência pode contribuir ou não, essa possibilidade se efetivará a partir de outros elementos que se somam a esse processo, como veremos a seguir. É certo dizer, então, que o reflexo contém a possibilidade, o que implica o âmbito de possibilidade da teoria.

Ainda em Lukács, nesse processo de passagem da teleologia à causalidade posta, na posição dos fins e na busca dos meios, verifica-se a importância da categoria "alternativa". Desde o início do processo, é necessária uma decisão entre alternativas – na escolha dos fins e dos meios. A posição teleológica é um momento ideal que dirige toda ação e implica uma escolha entre alternativas, a qual requer um conhecimento mínimo sobre o que se tem para escolher.

Pôr um fim e buscar meios para sua efetivação, passar do reino da possibilidade ao reino da efetividade, envolve, dessa forma, a mediação da categoria *alternativa*. Pôr um fim significa escolher alternativas "entre

<sup>1</sup> Lessa, tendo por referência Lukács, afirma que o reflexo é uma categoria decisiva da consciência, sendo essa categoria central ao ser social. Entende, ainda, o reflexo como "a forma especificamente social da ativa apropriação do real pela consciência" (2002, p. 96), ou seja, o reflexo é o impulso da consciência em direção ao real.

<sup>2</sup> Conforme visto no capítulo I.

as muitas de fato possíveis em cada situação concreta, transformando em ato a mera potencialidade" (Lessa, 2002, p. 104). Ou seja, se o sujeito só pode pôr uma finalidade que ele tenha condições de efetivar, ele tem de conhecer, mesmo que superficialmente, os objetos de que dispõe e, desse modo, escolher a finalidade. De posse da finalidade, ele tem de escolher, dentre as alternativas, não só os meios que sejam mais adequados à efetivação de sua finalidade, mas também a alternativa que considera ser a possível de contribuir com o sucesso da efetivação da ação. Essas alternativas são dadas por meio da observação e da experiência. São elas que fazem o sujeito reconhecer os objetos possíveis de serem os meios da efetivação da finalidade, cujas propriedades mostram a adequação ou não de serem utilizados como meios, de poderem ser aplicados. Conforme contribuição de Lessa (*Idem*), "o elo ontológico que articula o reflexo, que participa de uma prévia-ideação, com o produto resultante do processo de trabalho, no contexto da ontologia lukácsiana, é a categoria alternativa".

Quanto mais se desenvolve o trabalho, mais se ampliam e complexificam as alternativas a escolher, surgindo, cada vez mais, novas alternativas. De acordo com Lukács (2004, p. 93),

para o homem primitivo, o objeto da alternativa é somente a utilidade imediata em geral, ao passo que, na medida em que se desenvolve o caráter social da produção, isto é, da economia, as alternativas assumem um modo de ser cada vez mais diversificado, mais diferenciado.

Nessa acepção de Lukács, no ato da alternativa estão presentes o momento da decisão e da escolha, sendo o lugar e o órgão dessas decisões a consciência humana. Ou seja, escolher entre alternativas – tomar decisões – passa necessariamente pela consciência, a qual não tem, aqui, caráter determinante. O que influencia, então, na escolha e na decisão entre as alternativas? O conhecimento do objeto, dos nexos causais, é fundamental – só posso escolher ou decidir conhecendo, mesmo que minimamente, o que os objetos de decisão são e podem oferecer: o certo, o errado, o útil e o inútil. Se, no processo de escolha, é importante a consciência, no sentido de discernir entre o certo e o errado, o útil e o inútil, esses elementos certo / errado / útil / inútil, tanto na escolha dos meios quanto na escolha dos fins, pertencem à esfera do processo de valoração. Sendo assim, o processo de valoração é determinante, uma vez que, "do ponto de vista do sujeito, este agir determinado a partir de um futuro definido é exatamente um agir orientado pelo dever-ser do fim" (Lukács, 2004, p. 121).

Escolher entre as alternativas significa, então, avaliar se um determinado objeto será "útil" ou não, "adequado" ou não para atingir determinado fim e avaliar a adequação do próprio fim posto. Isso requer igualmente um conhecimento prévio, mas também uma avaliação de valor.

Afirmar que na posição do fim o reflexo é importante, mas não o determinante, significa que, para se pôr uma finalidade, o conhecimento necessariamente se faz presente, sendo esse guiado pelos valores, ou seja, o sujeito busca um conhecimento da causalidade de acordo com os seus valores e não o contrário; é por isso que os valores são considerados os determinantes na posição do fim. Os valores incidem sobre os conhecimentos necessários à escolha dentre as alternativas possíveis de efetivarem a finalidade em causalidade posta. Conforme Lessa (2002, p. 126),

por mais correto que seja um reflexo – e, portanto, por maiores que sejam suas potencialidades para a objetivação –, ele apenas poderá vir a fazer parte do processo de ideação-objetivação na medida em que for adequado ao fim teleologicamente posto [...] as ideias apenas serão elevadas a prévias-ideações se se atualizarem por meio da objetivação, se corresponderem de algum modo ao dever-ser.

Valor e dever-ser são categorias intimamente unidas porque são momentos de um único e mesmo processo – o que "devo" fazer ou ser possui uma relação visceral com os valores, estes indicam aqueles –, entretanto, possuem características diferentes. Para Lukács (2004, p. 130), o valor "influi mais especialmente sobre a posição do fim e é critério de avaliação do produto realizado", enquanto o dever-ser "funciona mais como regulador do processo em si mesmo". Enfim, uma ideação é um dever-ser quando "age no sentido de regular as ações necessárias à realização de um fim" (Lessa, 2002, p. 129), daí ser predominante na busca dos meios, enquanto a ideação é um valor quando incide sobre a posição do fim, no sentido de avaliar se o resultado real dessa finalidade é válido ou não, se o resultado corresponde à finalidade posta no início do processo.

A utilidade que faz de um objeto um valor de uso ou não está relacionada à finalidade, ou seja, ele só pode ser considerado útil em relação à realização de um fim concreto. São os fins que determinam a utilidade ou não de um determinado objeto, não o contrário. Portanto, o processo de valoração é um processo objetivo e subjetivo. Já com a evolução do trabalho, com a alienação do trabalhador no desenvolvimento capitalista, "é o próprio valor que existe objetivamente e é exatamente a sua objetividade que determina – mesmo que objetivamente não com a certeza adequada

e subjetivamente sem uma consciência adequada – as posições teleológicas singulares, orientadas para o valor" (Lukács, 2004, p. 137-138). Dessa forma, o valor não é dado somente pelas qualidades de um objeto, o valor está intimamente relacionado com a utilidade desse objeto para a vida humana, não podendo, assim, existir sem as qualidades objetivas do real. Daí seu caráter objetivo e subjetivo.

Nem todos os valores de uso surgem do trabalho, como, por exemplo, a água, mas grande parte deles pode ser considerada como oriunda do trabalho "mediante a transformação dos objetos, das circunstâncias, do modo de agir, etc. naturais, e este processo, enquanto afastamento das barreiras naturais, com o desenvolvimento do trabalho, com a socialização, se amplia sempre mais, tanto em extensão como em profundidade" (Idem, p. 131). O trabalho cria valor, esse é o seu fundamento e, ao mesmo tempo, na sociedade burguesa é valorização do Capital. Isso significa que o valor só existe na realidade do ser social, não na natureza.

O autor chama a atenção ainda para a importância das motivações morais e éticas dos homens no que diz respeito à posição do fim e à eficácia dos meios na posição teleológica secundária. Afirma que as motivações morais e éticas são elementos determinantes nas escolhas dos meios possíveis na efetivação do fim, visto ser de seu âmbito estabelecer o que é adequado e o que não é adequado, justo ou reprovável. Nessa direção, Lukács (2004, p. 184) reforça que

as motivações morais, éticas, etc. dos homens se apresentam como momentos reais do ser social; momentos que, mesmo operando – com maior ou menor eficácia – sempre no interior de complexos sociais contraditórios, mas unitários na sua contraditoriedade, são, no entanto, sempre partes reais da *praxis* social; deste modo, por sua própria constituição, desempenham uma função decisiva para estabelecer se é adequado ou inadequado, justo ou reprovável determinado meio para realizar um fim (determinada intervenção dos homens para decidir de um modo ou de outro suas alternativas).

A visão de ética contemplada por Heller caminha nessa direção. Para ela, ética é a tomada de consciência das motivações da humanidade e das motivações dos indivíduos. Essa tomada de consciência inclui a compreensão da imanência dessas motivações:

*A moral é sempre imanente porém a humanidade – enquanto humanidade livre – só pode se elevar à autoconsciência à base da imanência moral, o*

que significa – convém repetir – a tomada de consciência do caráter terreno da vida e da contínua autocriação humana. A meu ver, essa é a contraposição de princípio existente entre a ética de Marx e todas as éticas religiosas. (Heller, 1992, p. 118 – grifo do original).

As motivações morais e éticas remetem à questão do valor. Assim, Lukács ressalta a relação intrínseca entre o aspecto objetivo e subjetivo do valor: o valor é posto por uma decisão subjetiva, mas as valorações surgem na objetividade social, elas são produto do processo social objetivo, estando em conformidade com as necessidades e possibilidades sócio-históricas dos homens.

Para Lukács, na categoria alternativa aparecem algumas características do homem que vive em sociedade, tais como a liberdade e o determinismo. Liberdade e determinismo são, portanto, componentes fundamentais de toda decisão alternativa. Escolher, entre as alternativas, os fins e os meios para a efetivação da ação é exclusivo do ser social. Portanto, no trabalho, o homem exercita sua liberdade no sentido de uma “decisão concreta entre diversas possibilidades concretas” (Lukács, 2004, p. 167), ou seja, a questão da liberdade é posta em termos do homem escolher entre querer ou não transformar a realidade.

Todavia, o autor salienta que o homem exerce sua liberdade na tomada de decisão, mas não pode prever as situações que podem surgir a partir de suas escolhas, as quais podem desencadear reações não previstas anteriormente, uma vez que, no processo de liberdade, faz parte um componente denominado por ele “determinismo”. O homem ao agir não tem conhecimento de todas as consequências de suas escolhas.

Assim, “a característica essencial da própria alternativa consiste em que é preciso decidir sem conhecer a maioria dos elementos que compõem a situação, as consequências, etc. No entanto, mesmo assim sobra um mínimo de liberdade na decisão” (*Idem*, p. 168). Alerta, então, para a importância do conhecimento objetivo correto dos materiais e dos procedimentos para que a finalidade se efetive em ação. O conhecimento tem, portanto, a função de diminuir a ação do determinismo e de compreender os resultados dele na efetivação do processo.

Segundo Lukács, todas as práxis envolvem esses elementos no processo de efetivação da ação: uma posição teleológica, a alternativa, o determinismo e a liberdade. Em suma, nas várias objetivações humanas, encontram-se unidas as operações de transformação material, mas também o conjunto de concepções ideais que as orienta, que as dirige.

Essa estrutura geral que constitui o trabalho é uma estrutura de fundo para todos os tipos de práxis. Pode haver mudanças qualitativas, mas a essência dessa estrutura geral permanece. Entretanto, quando o objeto da finalidade é a transformação do homem, o autor indica que há uma mudança significativa na relação entre fim e meio, em que a posição do fim não pode utilizar os critérios do trabalho simples. No dizer de Lukács (2004, p. 183),

quando se põem cadeias causais no trabalho simples, trata-se de conhecer causalidades naturais que, em si mesmas, continuam a operar como antes. O problema é apenas até que ponto se conheceram corretamente sua essência permanente e suas variações condicionadas pela natureza. Agora, ao contrário, o ‘material’ das posições causais que devem realizar-se nos meios é de caráter social, isto é, trata-se de possíveis decisões alternativas de pessoas e, por isso, de algo que, por princípio, não é homogêneo e que, além disso, está em constante movimento. Deriva daí um tal grau de insegurança das posições causais que com razão se pode falar de uma diferença qualitativa relativamente ao trabalho originário.

Até aqui, resalto os elementos fundamentais presentes na passagem da teleologia à causalidade posta, a saber, a posição dos fins e a busca dos meios. Nestes, a categoria alternativa é considerada como mediação. Ressalta-se, então, a importância dos conhecimentos – dentre eles o teórico e o procedimental – e dos processos valorativos na escolha entre alternativas na posição dos fins e na busca dos meios, salientando-se que conhecimentos e processos valorativos, apesar de presentes em todo o processo, possuem um nível diferenciado de inserção na escolha entre alternativas. Enquanto os processos valorativos são considerados determinantes na posição do fim, o conhecimento é fundamental na busca dos meios. O reflexo, “na busca dos meios, é um momento essencial à captura do real pela subjetividade” (Lessa, 2002, p. 113).

Lukács refere-se constantemente ao trabalho simples e, com menos intensidade, às posições teleológicas secundárias. Em nenhum momento refere-se diretamente à prática de uma profissão:

O homem que age praticamente na sociedade encontra diante de si uma segunda natureza, em relação à qual, se quiser manejá-la com sucesso, deve comportar-se da mesma forma que com relação à primeira, ou seja, deve procurar transformar o curso dos acontecimentos, que é independente da sua consciência,

num fato posto por ele, deve, depois de ter-lhe conhecido a essência, imprimir-lhe a marca da sua vontade. Isto é, no mínimo, o que toda praxis social razoável deve tirar da estrutura originária do trabalho. (2004, p. 181).

O autor, porém, oferece a possibilidade de inferir associações a uma prática profissional que põe posições teleológicas secundárias, mas ressalta que, apesar de as posições teleológicas secundárias se originarem do trabalho, devem-se ter reservas no trato igualitário de ambas. Seguindo esse indicativo de Lukács, pretendo resgatar, aqui, os elementos fundamentais na passagem da teleologia ideal à finalidade real. Busco resgatar a unidade entre teoria-finalidade-meio-prática no contexto de uma prática profissional que requer posições teleológicas secundárias, indicando que esses elementos implicam tanto a dimensão ético-política quanto a técnico-operativa.

## 2.2. Relação Teoria-Fim-Meio-Efetivação da Prática

Na seção anterior ressaltei, no processo de passagem da teleologia à causalidade posta, a presença marcante de dois elementos indissociáveis: a posição dos fins e a busca dos meios. Situo a categoria da alternativa como mediadora desse processo, como a categoria que faz a passagem da possibilidade à realidade, ou seja, "só a alternativa daquela pessoa que põe em movimento o processo da execução material através do trabalho pode efetivar essa transformação da potencialidade em um ser" (Lukács, 2004, p. 94).

A alternativa encontra-se presente tanto na posição dos fins quanto na busca dos meios, uma vez que implica "escolhas". "Escolhas" entre as finalidades que tenham condições concretas de se efetivarem e "escolhas" entre os objetos que podem ser os meios para concretização das finalidades postas. Essas escolhas fazem parte dos processos valorativos, nos quais valores e dever-ser são partes integrantes e fundamentais do processo de escolha dos meios e avaliação dos fins e dos produtos objetivados, essenciais ao trabalho.

Escolher entre alternativas, então, é tomar decisões concretas entre valores opostos, é fazer com que o valor se efetive, é buscar meios que materializem esse valor, o qual incide sobre um objeto concreto. Nessa direção, Lessa (2002, p. 128) esclarece que

a articulação ontológica que conecta a totalidade da praxis social aos valores é a categoria da alternativa. É ela que, como elemento

ineliminável da essência do pôr teleológico, funda a necessidade de distinção entre o útil e o inútil para uma dada objetivação, e tal distinção é o fundamento último da gênese e do desenvolvimento dos valores.

Assim, a categoria da alternativa, a meu ver, expressa dentro de si um caráter teórico, ético, político e operacional. Um caráter teórico porque

cada praxis é imediatamente dirigida para alcançar um determinado fim concreto. Precisa, portanto, conhecer a verdadeira constituição daqueles objetos que servem de meio para tal finalidade, onde na constituição entram também as relações, as possíveis conseqüências, etc. Portanto a praxis é inseparável do conhecimento. (Lukács, 1988, p. 112).

Um caráter ético-político porque o homem é capaz de agir com consciência e liberdade, criando alternativas de valor, escolhendo entre essas alternativas e adicionando esses valores em suas finalidades. Já um caráter operativo porque nesse processo, são as alternativas que permitem a passagem da possibilidade à efetividade; portanto, há que se escolher, também, os meios, os procedimentos e os instrumentos adequados à efetividade da finalidade ideal. Na aceção de Lessa (2002, p. 111),

a concretude inerente a toda escolha [...] faz com que a categoria da alternativa se articule de modo inseparável aos processos valorativos. Estes, no ser social, passam a desempenhar um papel ontológico de primeira importância na determinação das formas de prossecução e na direção do desenvolvimento das cadeias de alternativas a serem objetivadas. Por essa mediação, os valores desempenham, com o desenvolvimento da sociabilidade, uma influência nada desprezível e cada vez mais intensa.

Como visto, a posição dos fins e a busca de meios para tornar ato a finalidade implicam processos valorativos e conhecimentos das determinações do real, mesmo que sejam conhecimentos preliminares e não absolutos do real. Essa assertiva contém em si o caráter teórico e ético que subjaz a esses elementos. Caráter ético no sentido de que os juízos de valor

<sup>3</sup> É importante lembrar que o homem, mesmo sendo capaz de agir com consciência, nem sempre o faz.

avaliam coisas, pessoas, ações, experiências, acontecimentos, sentimentos, estados de espírito, intenções e decisões como bons ou maus, desejáveis ou indesejáveis [...] os juízos éticos de valor são também normativos, isto é, enunciam normas que determinam o *dever ser* de nossos sentimentos, nossos atos, nossos comportamentos. São juízos que enunciam obrigações e avaliam intenções e ações segundo o critério do correto e do incorreto. (Chauí, 1995, p. 336 – grifo do original).

Esses valores são mutáveis, conforme se observa na história das civilizações. O valor existe a partir do momento em que o homem destina um significado à realidade, qualificando-a, como, por exemplo, ao afirmar que algo é verdadeiro ou falso, belo ou feio, bom ou mau. Cabe, portanto, à ética, buscar os fundamentos desses valores, quais interesses representam, uma vez que são construídos socialmente. Dessa forma, ética é entendida “como filosofia moral, isto é, uma reflexão que discuta, problematize e interprete o significado dos valores morais” (*Idem*, p. 339).

Os valores são encontrados em várias perspectivas, tais como a da lógica, a da estética, a da moralidade, a da ciência; a da religião, a da economia. A perspectiva da moralidade pertence ao plano da ética, cabendo a esta entender os fundamentos dos valores que regem o comportamento moral.

Os comportamentos ético-morais se materializam no cotidiano por intermédio das escolhas de valores e das implicações ético-políticas da ação profissional, ou, nas palavras de Lukács (1976, p. 106),

a realidade social deste comportamento [ético] depende, não por último, de qual valor, entre os valores emergentes do desenvolvimento social, esteja realmente ligado a ele, de que contribuição real ele dê para conservar, tornar perenes, etc. estes valores.

As normas e regras, constitutivas da moral, se sustentam em valores que, conforme já mencionado na seção anterior, são criados pelos sujeitos na relação que estabelecem entre si e com a natureza, ou seja, na práxis social. É nesse espaço da moralidade que se avalia o comportamento dos homens, julgando-o aprovado ou reprovado, correto ou incorreto.

A moral, na sociedade capitalista, possui uma função ideológica. Suas escolhas podem estar voltadas tanto para a dominação quanto vinculadas à liberdade. Entretanto, o fato de ter um caráter normativo e o fato de haver um certo nível de coerção em sua estrutura, visto sua função fazer com

que as normas vigentes sejam aceitas e reproduzidas pelos indivíduos, fazem com que seu caráter livre seja relegado.

Dessa forma, ao se afirmar que os valores (incluindo o *dever-ser*) possuem, no ser social, um papel ontológico fundamental no processo de objetivação humana por meio da alternativa, está se afirmando a dimensão ética presente tanto na posição dos fins quanto na busca dos meios para tornar ato a finalidade. Ao se escolher um fim, há de se refletir sobre os valores que estão impregnados nessa escolha, para que haja uma escolha consciente e coerente com o referencial teórico utilizado no conhecimento dos meios necessários à ação. Ao se buscarem os meios, em função de responderem à finalidade posta, é preciso ter clareza dessa finalidade, dos valores que estão presentes nela e dos valores que norteiam a direção teórica disponível para se conhecer aquilo que governa os objetos presentes no processo de transformação da finalidade ideal em finalidade real. Em outras palavras, o processo de escolher requer, desde o princípio, avaliar entre certo e errado, útil e inútil. Ou seja, no processo de passagem da teoria à prática, a escolha dos fins e dos meios passa por decisões entre alternativas que se sustentam na consciência moral e nos valores. Para Heller (1992, p. 120), moral em Marx não concerne a qualquer domínio particular:

[...] quase todas as ações humanas têm um conteúdo moral, mas não há nenhuma natureza puramente ética. A moral indica a relação objetiva do indivíduo com a sua espécie, a sua pertinência ao gênero humano (relação dos valores), o nível em que expressa essa relação (em que medida o indivíduo tem consciência de sua pertinência ao gênero, em que medida sua personalidade particular se combina com essa pertinência e em que medida a universalidade do gênero chega a constituir a fundamentação ética das suas ações). É no plano moral que se manifesta igualmente a sabedoria da vida no indivíduo: em que medida é capaz de avaliar e escolher diante das circunstâncias, ‘aplicando’ seus princípios sem se submeter passivamente à situação. É no plano moral, por fim, que se manifesta a força, a resistência e a solidez do *caráter*. (grifo do original).

A partir do momento em que ética é uma reflexão sobre os valores, sobre os comportamentos morais do homem, ela está sempre presente em qualquer tomada de decisão, mesmo que não se tenha consciência da ética. Conforme Chauí (1995, p. 337),

a consciência moral manifesta-se, antes de tudo, na capacidade para deliberar diante de alternativas possíveis, decidindo e escolhendo uma delas antes de lançar-se na ação. Tem a capacidade para avaliar e pesar as motivações pessoais, as exigências feitas pela situação, as conseqüências para si e para os outros, a conformidade entre meios e fins [...], a obrigação de respeitar o estabelecido ou de transgredi-lo (se o estabelecido for imoral ou injusto).

Entretanto, "para que haja conduta ética é preciso que exista o agente consciente [...]. Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética" (*Idem*).

Nesse processo, a "escolha" está sempre presente. Ter condições objetivas para agir e escolher com consciência é um ato de liberdade. A liberdade é, então, uma capacidade fundamental do agir ético. Para Barroco (2001, p. 19), "a ética é definida como uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre". Desse modo, a liberdade requer a existência de alternativas conjugadas com o conhecimento crítico dessas alternativas para que se possa fazer uma escolha consciente, a qual implica a responsabilização do sujeito por essa escolha. Assumir uma responsabilidade pela escolha entre alternativas resulta num compromisso efetivo do sujeito com sua ação. Assumir responsabilidades e ter um compromisso com algo ou alguém possui um caráter político, de forma que ética e política estão sempre juntas.

Por que dimensão ético-política? De acordo com Rios (2001), a ideia de política está associada à de poder. O poder não se separa da força (dominação e consenso), que são os meios que possibilitam influir no comportamento humano. A política, então, está associada à possibilidade que o homem tem de exercer influência sobre o outro, mesmo que não se tenha consciência disso. Essa possibilidade se efetiva ou não a depender de princípios determinados socialmente.

Assim, a dimensão política, constitutiva das práticas sociais, surge já na intencionalidade dessas práticas, surge no pôr teleológico, ou seja, o fato de se ter a intenção  $x$  ou  $y$  e de se optar pelos meios  $x$  ou  $y$  mostra a inserção política de seu agente, uma vez que, na concepção de Heller, "ser político é tomar partido e tomar partido significa não ficar indiferente em face das alternativas sociais, participar e produzir em relação com toda a vida civil e social" (*apud* Rios, 2001, p. 41). Tomar partido implica comprometer-se, para se comprometer é necessário inferir valores

sobre o "objeto" de nosso comprometimento, daí o caráter ético-político do comprometimento. Dessa forma, se ética é uma reflexão crítica sobre determinados valores presentes na ação humana, e se toda ação dos homens sobre a sociedade é uma ação política, há uma intrínseca relação entre ética e política.

A ética responde à pergunta "de que vale...?" (qual o valor?); já a política responde à pergunta "para onde vai...?" (qual é a intenção, qual é a finalidade?). Para responder "de que vale" é necessário responder "para onde vai", uma vez que para onde vai implica os fins e como eles se articulam com os meios para alcançá-los, ou seja, para eu saber o valor de algo, tenho que saber a que fim ele se destina; sabendo a finalidade posso buscar os meios favoráveis à sua efetivação. Essa afirmativa explicita a relação intrínseca entre o plano da ética e o plano da política com a posição dos fins e a busca dos meios para tornar ato a finalidade. Escolher finalidades significa projetar e implica valores; efetivar essas finalidades impregnadas de valores supõe, então, uma decisão entre projetos diferentes, o que se caracteriza como uma decisão política, isto é, escolher o projeto com o qual, de alguma forma, terei um ganho maior, qualquer tipo que seja.

A contribuição legada por Saviani (1983, p. 142) vem ao encontro dessa constatação quando afirma que "a identificação dos fins implica imediatamente competência política e mediamente competência técnica; a elaboração dos métodos para atingi-los implica, por sua vez, imediatamente competência técnica e mediamente competência política". Ou seja, a posição dos fins implica uma dimensão ético-política, mas envolve, de forma indireta, uma dimensão técnico-operativa na medida em que, para que os fins sejam efetivados, há necessidade da busca de meios para sua operacionalização. A busca de meios implica uma dimensão técnico-operativa ao tornar real a finalidade ideal, ao executar um produto final posto pela finalidade ideal. A busca dos meios da ação se materializa nos instrumentos produzidos *na* e *para* a realização do trabalho. Entretanto, a escolha dos instrumentos necessários à operacionalização de um resultado requer, também, uma dimensão ético-política.

O homem, contudo, nem sempre tem consciência do âmbito ético-político de sua ação, o que faz com que nem sempre se responsabilize por ela. Para que o sujeito se responsabilize por sua ação, é necessário que tenha consciência desse caráter ético-político, assim, essa ação deve ser consciente, intencional e livre (entendendo liberdade como articulação limites/possibilidades) (Rios, 2001). Daí a importância do conhecimento teórico para a ação.

Até aqui enfatizei a dimensão ética, a dimensão política e a dimensão teórica que atravessam a posição dos fins e a busca dos meios. Não se podem separar conhecimento, finalidades e valores e meios na efetivação da prática, sendo que nesse processo, contudo, é o fim que regula os meios.

Entretanto, a busca dos meios tem uma especificidade. É por meio dela que a finalidade ideal se aproxima da finalidade real, ela é a responsável pela operacionalização da ação: encontrar os meios aponta para a necessidade de aplicá-los, o que faz emergir outra dimensão, a técnico-operativa. É buscando os meios para tornar ato a finalidade que o homem se depara com a necessidade de conhecer recursos disponíveis que contribuam para a efetivação da ação e de criar habilidades pertinentes ao trato desses recursos. Segundo Marx (1982, p. 203), referindo-se estritamente ao trabalho,

o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas, de acordo com o fim que tem em mira. A coisa de que o trabalhador se apossa imediatamente [...] não é o objeto de trabalho, mas o meio de trabalho.

Em sentido *lato*, os meios são todas as condições materiais – ferramentas, instrumentos – necessárias, de uma forma ou de outra, à realização do processo de trabalho. Ao lado desses elementos materiais, segundo Paro (2001), o homem utiliza, também, recursos conceptuais que consistem nos conhecimentos e técnicas que ele acumula historicamente.

Marx deixa explícito que a transformação do objeto alcançada pela atividade do homem por meio do instrumental de trabalho, no processo de trabalho, está subordinada a um fim. Dessa forma, pode-se afirmar que os instrumentos são meios de trabalho que contribuem com o alcance das finalidades reais, que contribuem com a passagem do reino da possibilidade ao reino da efetividade. A busca dos meios acaba por implicar assim um caráter procedimental, uma vez que escolher um dado instrumento requer um caráter teórico, ético e político, mas também um conhecimento de como utilizá-lo, das habilidades necessárias ao seu bom uso. Esse conhecimento é técnico e procedimental.

Apropriando-me – com as devidas ressalvas elaboradas por Lukács e já citadas nas páginas 42 e 43 do capítulo I – dessa posição marxiana acerca das considerações sobre os instrumentos para uma atividade teleológica

secundária, posso dizer que buscar os meios requer conhecimento das condições de trabalho, do projeto profissional, dos recursos institucionais e, também, dos instrumentos.

Escolher, dentre alternativas, os instrumentos adequados à transformação da finalidade ideal em finalidade real, requer, igualmente, conhecimentos das determinações dos objetos e do real envolvidos no processo. Trata-se de um conhecimento da própria finalidade ideal, dos valores embutidos e dos meios para alcançá-la.

Os elementos técnicos existem num determinado processo histórico, sendo assim, para apreendê-los, faz-se necessária a apreensão da direção histórica que os produziu. Para Nosella (1983), a técnica não antecede o político, ao contrário, ao se escolher uma técnica já se está exercitando uma certa concepção política. Para esse autor, a técnica contém uma visão de mundo, uma visão política na qual se expressam intenções sociais gerais. Ou seja, é o político que orienta toda técnica e instrumentação, tenha-se ou não consciência disso.

Nesse sentido, Rios (2001) define competência como “saber fazer bem”. “Saber” e “saber fazer” para ela têm uma dimensão técnica, mas “saber fazer bem”, implica uma dimensão ética, na medida em que o “bem” envolve um valor que vai além do caráter moral, não sendo separado do caráter técnico nem do político da atuação. Saber fazer bem não é a mesma coisa que “conhecer o bem” e “fazer o bem”. Dessa forma, competência envolve competência ética, política e técnica. A ética encontra-se presente em todas essas dimensões,

sinalizando direções, reivindicando atitudes, cultivando a sensibilidade, convidando à mobilização ou ao sigilo, sugerindo parceiros, aliados e mediações interdisciplinares, alertando para os riscos, desafiando os medos, elencando as melhores escolhas e fins. (Sales, 1999, p. 146).

Rios (2001) segue essa linha, defendendo que a dimensão ética é mediadora das dimensões técnica e política. Para a autora, essas dimensões são estreitamente articuladas por meio da dimensão ética, que, por seu caráter de responsabilidade e de compromisso, poderia evitar práticas politizadas e tecnicistas. Estando a ética associada a escolhas, no processo de escolher as técnicas a serem utilizadas na ação, já haveria um componente ético-político.

A dimensão política se distingue da dimensão técnica, sendo esta, todavia, indissociável daquela. As regras, as técnicas, não têm fim em si

mesmas; a elas são imputados valores determinados pela dimensão ético-política que lhes dá feição.

O que quero salientar nesta seção é a relação orgânica entre as dimensões teórica, ética, política e técnico-operativa, na posição dos fins e na busca dos meios. Como aqui a referência é uma prática profissional, que, como visto no capítulo anterior, guarda sua especificidade na práxis social, essas dimensões também se fazem presentes. Se, na prática interventiva do assistente social, essas dimensões são fundamentais, garanti-las na formação profissional é um imperativo. Inclusive, conforme procurei evidenciar na Introdução, o projeto de formação profissional do assistente social em vigor define como competência profissional o trato rigoroso e adequado das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Parto do suposto que o objeto de Marx é a sociedade, a prática social em seu sentido mais amplo. A prática profissional não se confunde com a prática social, mas está inserida nela. Isso faz com que a Teoria Social de Marx seja fundamental para o assistente social comprometido com a transformação social, mas não esgote uma prática profissional interventiva. Além do conhecimento teórico, precisa-se de outros tipos de conhecimentos – por exemplo, o conhecimento procedimental – que venham a suprir necessidades de uma determinada prática social: a prática profissional do assistente social.

### 2.2.1. A Posição dos Fins e a Busca dos Meios na Prática Profissional do Assistente Social

Como visto, há vários elementos e condições que se interpõem entre a teoria e a prática. No processo de objetivação humana, aqui estudado – a prática profissional do assistente social –, guardando as devidas proporções, isso não é diferente.

Em uma atividade cuja posição teleológica é do tipo secundária, na qual o fim imediato é o de transformar a consciência de outros homens ou da sociedade, há de se esperar que esse homem também tenha alternativas a escolher, portanto, é mais difícil controlar ou prever os resultados, uma vez que são os resultados não apenas da ação do profissional, mas também da reação dos demais atores envolvidos no processo da ação. À finalidade posta pelo profissional ao resultado ideal, tem-se um produto real que não é o mesmo idealizado no início, sendo que, nesse processo, são desencadeadas outras finalidades postas pelos agentes envolvidos, culminando na modificação da finalidade original. Há sempre uma incerteza,

uma imprevisibilidade, uma vez que o “material” da posição do fim é o homem, o qual possui igualmente valores, sentimentos, ideias, vontades e aptidões. Assim, “a posição teleológica está submetida aos limites colocados pelas determinações da causalidade” (Costa, 1999, p. 31) – nesse caso também pelas determinações de outras posições teleológicas, quais sejam, as dos sujeitos que recebem a ação. Segundo Lukács (1978, p. 11),

é verdade que a diferença entre a finalidade e seus efeitos se expressa como preponderância de fato dos elementos e tendências materiais no processo de reprodução da sociedade. Isso não significa, todavia, que esse processo consiga afirmar-se sempre de modo necessário, sem ser abalado por nenhuma resistência. O fator subjetivo, resultante da reação humana a tais tendências de movimento, *conserva-se sempre, em muitos campos, como um fator por vezes modificador e, por vezes, até mesmo decisivo.*

O processo global do trabalho envolve a realização consciente da posição teleológica, entretanto, para Lukács, tal consciência não elimina o fato de que o sujeito que trabalha não detém o conhecimento acerca de todas as consequências de seu trabalho, de todos os condicionamentos de suas atividades, de todas as circunstâncias que envolvem seus atos, o que não impede, contudo, a ação do homem.

Dessa forma, o projeto deve ser constantemente avaliado diante das situações que surgem e que não podem ser previstas. Ele só pode conter uma certa previsão ou uma antecipação ideal, mas não real, não podendo, por isso, estar acabado ou definido.

Essas reflexões ajudam a pensar o Serviço Social como profissão constituída e constituinte de projetos construídos historicamente pelo conjunto da categoria profissional.<sup>4</sup> Desses projetos fazem parte, segundo Netto (1999), os valores, os objetivos, as funções e os requisitos teóricos, institucionais e práticos, para o exercício da profissão, bem como as normas para o comportamento tanto com os usuários que buscam seus serviços quanto com as demais profissões e instituições. Dessa forma, eles determinam as respostas dadas pela categoria às demandas da população usuária e requerem um determinado perfil de profissional.

Os projetos profissionais refletem, igualmente, as direções sociais assumidas pela profissão em diferentes conjunturas. As direções sociais são os compromissos ético-políticos estabelecidos a partir dos princípios

<sup>4</sup> Segundo Netto (1999), a categoria profissional inclui não apenas os profissionais de campo, mas também o conjunto dos intervenientes que dão efetividade à profissão: sindicato, ABEPSS, CFESS/CRESS, ENESSO.

norteadores do Código de Ética Profissional dos assistentes sociais, articulados às condições efetivas do exercício profissional e implicando "a processualidade de um debate necessário entre diferentes projetos e vertentes" (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 147). Portanto, eles são "indissociáveis dos projetos societários que lhes oferecem matrizes e valores" (Iamamoto, 2002, p. 20). As mudanças sofridas com e no modo de produção capitalista refletem – mas não de maneira direta e imediata – a constituição da profissão, renovando, reforçando e modificando os projetos profissionais.

A concepção marxista de teoria e prática foi o sustentáculo para a construção de um novo projeto profissional operado a partir de finais da década de 1970 e em andamento até os dias atuais. Os pilares que lhe oferecem sustentação – a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética Profissional dos assistentes sociais e as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social – manifestam a hegemonia desse novo projeto, que não é o único na profissão.

O atual Código de Ética Profissional do assistente social, datado de 1993, funda-se na concepção de "ontologia social" de aporte marxiano e textualmente afirma sua adesão a essa direção teórico-prática, quando em sua introdução assume um compromisso com a universalidade, com a liberdade, com a democracia e com valores fundamentais do trabalho:

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, *dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente*; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade [...] É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social. (Coletânea de Leis, 2004, p. 20-21).

O que quero afirmar com isso é que a existência de um projeto profissional, pautado numa direção ético-política, define ser a prática profissional do Serviço Social constituída pelas causalidades (condições objetivas e pela teleologia (finalidades)). Tal prática fica assim carregada de valores e escolhas que se encontram em permanente conflito com o conjunto de causalidades dadas.

De outra forma, na prática interventiva do assistente social, como se trata de uma posição teleológica que se pretende uma ação sobre outras consciências, ou de influir sobre um ser que não é uma matéria inerte e

sim outro ser humano e/ou estruturas que lhe afetam e que, como tal, oferecem uma reação sobre essa ação, escolher uma finalidade e os meios existentes a serem mobilizados exige, igualmente, um conhecimento dos sujeitos que procuram por serviços sociais: conhecimentos dos fenômenos apresentados por eles, das relações sociais e pessoais que os envolvem, seus valores, cultura, preconceitos, juízos. Esses sujeitos sociais não são meros objetos, sendo assim, devem-se conhecer, também, os determinantes estruturais, ideológicos e políticos que condicionam a existência humana. Enfim, há de se ter uma gama de conhecimentos que envolvem esse processo, "assim, o conhecimento mais aproximado das determinações e conexões sociais torna-se a base imprescindível para viabilizar a concreta liberdade de ação" (Netto, 1998, p. XLVIII). Liberdade de ação que se traz, aqui, na escolha consciente entre alternativas.

A teoria, pois, deve orientar esse processo, pois é ela que possibilita conhecer e pensar as mediações, a começar pela indicação de posição teleológica. A teoria pode oferecer – não somente ela, haja vista a importância dos valores dos sujeitos – subsídios para as escolhas entre alternativas, tanto da finalidade quanto dos meios necessários. É ela que vai oferecer um conhecimento sobre as determinações que envolvem o "objeto" da ação; é ela que ajuda a compreender e analisar o resultado real, a partir da análise dos elementos intervenientes durante o processo; é ela que permite compreender que o projeto ideal nunca poderá ser igual ao produto real e, dessa forma, compreender esse resultado final.

Outro aspecto fundamental na materialização da finalidade é o que diz respeito aos valores morais, éticos e políticos dos profissionais. Ao escolher um determinado fim, o profissional está se posicionando diante da realidade, devendo buscar conhecer tal posição. Os profissionais agem pautados por valores e ideologias que orientam a busca de um referencial teórico, ou seja, não é a teoria que direciona os valores, mas os valores, a cultura, a ideologia que influenciam o profissional na opção por determinada teoria. Melhor dizendo, os profissionais não reagem efetivamente ante os valores segundo as suas concepções teóricas, ao contrário, eles escolhem, mesmo que inconscientemente, seu referencial teórico de acordo com seus valores éticos e morais, o que não significa que a teoria não possa, *a posteriori*, influenciar os valores. Caso contrário, a relação teoria-prática seria uma via de mão única. A prática é fundamento da teoria, mas esta também pode ser fundamento daquela, conforme mostra o capítulo I.

O assistente social tem consciência desse "pôr teleológico"? Ao projetar sua ação, ele tem clareza de sua finalidade? Conhece os elementos que envolvem a escolha dessa finalidade? Tem consciência dos valores

que determinam essa escolha? Do significado de escolher esta ou aquela finalidade, suas implicações teóricas, políticas, metodológicas e técnico-operativas? Sua ação é uma ação livre? Percebe a influência dos valores e princípios da sociedade burguesa e do conservadorismo?

A escolha de uma finalidade já envolve, em si, um certo conhecimento – que nem sempre é o conhecimento teórico. Tratando-se de uma prática profissional que porta uma dimensão intelectual, a escolha por uma finalidade implica a aceitação de uma determinada teoria. O assistente social tem consciência disso? O assistente social vem extrapolando a consciência comum de práxis? Qual a sua concepção de prática profissional e de teoria e prática? É a finalidade da ação que favorece a projeção da ação, dessa forma, a clareza da finalidade da ação é que vai propiciar a elaboração de um projeto para a intervenção que envolva todo o processo da prática, desde a escolha da finalidade, da busca dos meios para alcançar os fins, à projeção do que pode ocorrer. É por meio do projeto que se aproxima a finalidade ideal da finalidade real, que se transforma a finalidade em um resultado real.

Isso significa que, se o profissional não tem consciência da finalidade de sua ação, não pode projetar adequadamente essa ação; mas, se não a projeta, que tipo de prática estará realizando? Se não tem clareza de suas intenções, o que ele vem objetivando? Se o profissional não sabe a que resultado quer chegar, como avaliar tal resultado?

Vasconcelos (2002, p. 449), em pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da Secretaria Municipal de Saúde da cidade do Rio de Janeiro, constata que

a dimensão teleológica – a capacidade de projetar, de estabelecer o que será feito com antecipação de suas conseqüências – não é exercitada pelo Assistente Social da SMS a partir de respostas prático-conscientes. Assim, os assistentes sociais não participam da criação e utilização dos seus instrumentos de trabalho: aplicação e elaboração de instrumentos técnicos operativos e conhecimentos teórico-metodológicos e da realidade, que subsidiem a ação profissional no trato da 'questão social', relação com a população usuária e instituição.

Veja-se ainda no documento *Relatório Final da Pesquisa: Análise da Prática Profissional nas Instituições Campos de Estágio* (PUCSP n. 10, 1980, p. 82),

nalguns casos não é possível afirmar nem que se trate de um Serviço Social 'tradicional', expresso, por exemplo, em uma proposta

funcionalista, mesmo porque o que se observa com freqüência é a ausência de proposta por parte do Assistente Social. O profissional recorre aos 'objetivos da instituição', às 'finalidades da obra', ao que 'interessa à empresa', sem explicitar a 'sua' proposta. Aliás, ele parece não ser capaz de apresentar e muito menos de viabilizar uma determinada proposta, apresentando razões que quase sempre se encontram 'fora' dele.

Entre essas duas pesquisas há um intervalo de 20 anos: uma data de 1980 e outra de 2000. Os profissionais entrevistados então tiveram uma formação profissional fundamentada em currículos construídos a partir de diferentes projetos profissionais. A despeito disso, a constatação é a mesma, qual seja, a não atenção dos assistentes sociais com a finalidade de suas ações, gerando-se atividades profissionais sem planejamento, pontuais, fragmentadas. Cabe, aqui, a observação de que a mudança de currículo é elemento determinante de certas modificações, mas não de todas, ou seja, nem tudo se resolve pela mudança de currículo.

A esse respeito, Vasconcelos (2002, p. 31) alerta em sua exposição que

ainda que com um discurso progressista, em sua maioria, [os profissionais] não dispõem de possibilidades para superar, sem suporte – capacitação continuada, assessoria (cf. Vasconcelos, 1998) –, uma prática de caráter conservador. Assim, quase todos realizam uma prática que não caminha na direção proposta pela formação graduada e continuada – em última instância, na direção proposta no debate teórico hegemônico na profissão, pelo menos na intenção, onde foi dominante a produção influenciada pela tradição marxista.

Konder (2000) afirma que o homem possui um modo de ser, de perceber o mundo e de se dispor a intervir no mundo que precedem a teorização sobre esse mundo. Indaga, então, qual poderia ser o poder da razão em face de tais impulsos. Penso que a ética, ao ser a reflexão sobre a moral, é a mediação entre esses polos. Tomar consciência da moral e dos valores que permeiam essa moral remete a uma ética, a qual se configura, então, como resposta à indagação sobre o papel da teoria no que diz respeito à moral. Mas até que ponto a razão pode interferir na moral individual e coletiva? Para Hegel (*apud* Coutinho, 1972, p. 14),

as ações dos homens derivam de suas necessidades, de suas paixões, de seus interesses, de seu caráter e de seus talentos, de modo que, nesse espetáculo de atividade, não são senão tais necessidades, paixões,

interesses, que aparecem como as instâncias e intervêm como o fator principal.

Sabe-se, entretanto, que essas necessidades, paixões, interesses e talentos são também construções sócio-históricas, têm uma determinação social, uma vez que a reflexão e a paixão

são impulsionadas por forças propulsoras que agem por detrás dos objetivos. Se os objetivos visados, ao nível individual e coletivo, são produto da vontade, não o são os resultados que dela decorrem, que passam por múltiplos vínculos sociais no âmbito dos quais se realiza a ação. (Hegel *apud* Yamamoto, 2002, p. 251).

E ainda: "os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante." (Marx e Engels, 2001, p. 48 – grifo do original).

A continuidade do sistema capitalista necessita da sua reprodução ideológica, o que se faz pelos mecanismos eficientes de moralização, tendo em vista a manutenção desse poder vigente. Ou, conforme Vázquez (1977, p. 296), parafraseando Lênin, "uma práxis espontânea do proletariado acaba por entrar em contradição com seu ser de classe, em virtude de sua sujeição à consciência burguesa".

Essas considerações fortalecem a compreensão de que as coisas não estão "dadas" *a priori*. Passar da teoria à prática requer uma transformação concomitante do homem e das circunstâncias, o que pode se dar pela aquisição de valores no processo de relações humanas, lugar da sociabilidade humana. Daí a importância da consciência de uma posição ético-política na prática profissional.

Parafraseando Vázquez (1977, p. 127),<sup>5</sup> ao se referir à teoria como condição da práxis, em se tratando da passagem de um referencial teórico a uma determinada prática profissional, pode-se afirmar igualmente que, para que tal passagem ocorra, são necessários, antes de mais nada, agentes profissionais comprometidos com uma determinada teoria e que tenham consciência desse compromisso. Sob esse aspecto, é imprescindível que o

5 A afirmativa de Vázquez na íntegra é: "a aceitação pelos homens de uma teoria é condição essencial de uma *praxis* verdadeira, mas não é ainda a atividade transformadora. É preciso determinar, em primeiro lugar, o tipo de teoria que há de ser aceita e que há de passar à própria realidade; é preciso igualmente determinar o tipo de homens concretos que, uma vez que fazem sua crítica, a convertem em ação, em *praxis* revolucionária."

profissional, nesse processo de escolha por um referencial teórico, contraste-o com seus valores morais e éticos, com sua cultura. Assim, ele poderá visualizar, inclusive, as contradições existentes nessa relação. É preciso conhecer as condições objetivas e subjetivas para a ação que estão subsumidas na posição dos fins e na busca dos meios.

Nas palavras de Pontes (1995, p. 155), "o Assistente Social realiza sua prática através da rede de mediações, que ontologicamente estrutura o tecido social". As mediações fundamentais nessa passagem da teoria à prática são de duas ordens: as de caráter objetivo e as de caráter subjetivo.

As condições de caráter objetivo referem-se às circunstâncias do exterior. As de caráter subjetivo são de âmbito do sujeito, do interior. É bom lembrar que o fator subjetivo se integra no movimento dos fatores objetivos e vice-versa, ou seja, os objetos são exteriores aos homens e existem sem eles, mas só adquirem sentido em sua relação com os homens. Pela atividade humana, "os homens agem dentro da situação dada e na ação prática conferem um significado à situação" (Kosik, 1989, p. 220), portanto é importante ressaltar que não se podem separar os fatores objetivos dos fatores subjetivos. É o apropriar-se das objetivações postas socialmente que constitui as subjetividades – o ser social só pode constituir sua subjetividade porque é objetivo, não o contrário. Ou, nas palavras de Vázquez (1977, p. 39), com base em Lênin, o fator subjetivo é fundamental na transformação econômica, social e política, porém, "sob a condição de integrar-se no movimento dos fatores objetivos", sendo que, para ele, os fatores objetivos são as forças econômicas e sociais, a realidade social como um todo complexo e estruturado, enfim, a própria estrutura social.

Nesse sentido, é necessário conhecer as características dos agentes que historicamente vêm compondo essa profissão no que se refere a sua herança cultural, seus conhecimentos teóricos e técnicos, seus valores ético-sociais, suas condições econômicas, socioculturais e políticas, ou seja, sua herança social e cultural, tais como classe, gênero, etnia, religião, valores, preconceitos e sentimentos.<sup>7</sup>

- 6 A categoria mediação pode ser vista de duas angulações: como uma categoria ontológica e como uma categoria reflexiva. Quando ela compõe a estrutura do ser social, não sendo uma invenção do intelecto, quando está posta na realidade, quando existe independentemente da consciência que se tenha sobre ela, é uma categoria ontológica. Já as mediações reflexivas são aquelas que são construídas pela razão para conhecer o objeto e guiar a intervenção, são aquelas que garantem a apreensão das múltiplas determinações do objeto.
- 7 Vejam, por exemplo, o fato de até hoje o Serviço Social ser uma profissão iminentemente feminina, o que significa uma posição – apesar dos avanços conquistados pelos movimentos feministas – subalterna na sociedade e o fato de a profissão ter nascido sob a organização da Igreja Católica, sob sua direta tutela no que diz respeito à formação profissional e direção

Essas condições são de ordem subjetiva, mas desencadeadas por condições objetivas, principalmente sócio-históricas. Segundo Iamamoto (1992, p. 88-94), a ação profissional depende, então, dos agentes profissionais, mas também das "circunstâncias sociais objetivas", tais como as relações de poder institucional, as políticas sociais específicas, os objetivos e demandas da instituição empregadora, a realidade social da população que busca por serviços sociais e as condições materiais concretas sobre as quais a intervenção profissional se realiza (os recursos humanos, financeiros e materiais para atendimento das demandas, oferecidos pela instituição empregadora, uma vez tratar-se de um profissional assalariado).

No Serviço Social, tais circunstâncias traduzem-se, entre outros, em salários inadequados que desmotivam o profissional, em políticas sociais fragmentadas e pontuais e na imprecisão das instituições empregadoras quanto à competência dos profissionais, demandando atividades que não lhes competem.

Todavia, apesar de o assistente social depender, na organização da sua atividade, das instituições empregadoras – como Estado, empresas, entidades não governamentais – no que se refere a propiciar o acesso dos usuários aos serviços sociais, a fornecer os meios e recursos necessários no estabelecimento das prioridades a serem satisfeitas, bem como na definição dos papéis e funções do cotidiano das instituições, "a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do Assistente Social, ela organiza o processo de trabalho do qual ele participa [...], não é um condicionante externo e muito menos um obstáculo para o exercício profissional" (Iamamoto, 1998, p. 64 – grifo do original).

Tais condições objetivas e subjetivas não podem ser consideradas pelos assistentes sociais como empecilhos ou obstáculos à ação, mas sim ser desocultadas como particularidades da ação profissional, como contradições que perpassam a materialização da teoria em ação. São, assim, mediações que envolvem os agentes profissionais e sobre as quais a intervenção se realiza: o preparo teórico e técnico, os valores e cultura e as condições objetivas, materiais concretos.

A prática profissional tem uma intervenção cuja execução é dinamizada por sujeitos profissionais – o assistente social –, porém, não é apenas

ideo-política, que marcou um compromisso com valores humanistas conservadores e com a herança intelectual positivista. Segundo Iamamoto, em palestra proferida na Escola de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora em maio de 2005, em dados fornecidos pelo INEP, referentes a fevereiro de 2004, constam que 93,8% das assistentes sociais são um público feminino. A autora considera ser a questão de gênero determinante para decifrar

esse sujeito que sozinho a organiza. Como já salientado, essa prática é resultado da formação teórica, política, ética e técnica dos profissionais, mas também produto da organização social e do contexto institucional empregador. Destaco, ainda de Iamamoto (*Idem*, p. 107), uma formulação pertinente a essa constatação:

[...] ainda que dispondo de autonomia ética e técnica no exercício de suas funções – resguardadas inclusive pelo Código de Ética e pela regulamentação legal da profissão –, o Assistente Social é chamado a desempenhar sua profissão em um processo de trabalho coletivo, organizado dentro de condições sociais dadas, cujo produto, em suas dimensões materiais e sociais, é fruto do trabalho combinado ou cooperativo, que se forja com o contributo específico das diversas especializações do trabalho. (grifo do original).

A própria demanda que chega ao profissional do Serviço Social, na maioria das vezes, não vem diretamente da população – e quando vem é, em grande parte, ignorada tanto pela instituição quanto pelo profissional –, mas da instituição, do mercado de trabalho. Para que se ultrapasse essa aparência, é necessário um movimento de compreensão das mediações que constituem esse processo. Conforme Pontes (1995, p. 174),

como demanda profissional estabelece-se que é a legítima demanda advinda das necessidades sociais dos segmentos demandatários dos serviços sociais. A demanda profissional incorpora a demanda institucional mas não se restringe a esta, podendo e devendo ultrapassá-la. A construção da demanda profissional impõe ao profissional a recuperação das mediações ontológicas e intelectivas que dão sentido histórico à particularidade do Serviço Social numa dada totalidade relativa.

A relação com o mercado de trabalho (público e privado) remete a uma questão crucial para o trabalho aqui exposto. A falta de clareza acerca da relação teoria/prática leva a categoria a remeter um problema que em realidade pertence à relação entre mercado de trabalho e formação profissional: a questão da relação entre teoria e prática. Assim, as necessidades sociais, para as quais o mercado de trabalho exige uma resposta, contratando, para tal, o profissional do Serviço Social, são dinâmicas. Esse dinamismo não é correspondido, de imediato, pela formação. Como já dito, o conhecimento é *post-festum*, assim sendo – mesmo na tendência em que se objetiva subordinar a formação profissional às demandas do

mercado de trabalho -, a formação jamais poderá responder totalmente às necessidades do mercado. O não entendimento do limite da relação entre formação profissional e realidade, originário da não compreensão da relação entre teoria e prática, contribui para a assertiva dos profissionais de que na prática a teoria é outra. Porém, o que na verdade a categoria quer afirmar com na prática a teoria é outra é: os conhecimentos que se aprendem nas universidades estão distantes das necessidades postas pelo mercado.

Conforme Netto (2005), formação e mercado de trabalho possuem dinâmicas diferentes. A formação que pretende responder ao mercado de trabalho necessita de um conhecimento real deste, portanto, ela não pode responder, integralmente, à prática. Desse modo, o debate deve ser entre a realidade da formação profissional e a realidade do mercado de trabalho. O problema não se encontra na relação entre teoria e prática, mas na relação entre formação e mercado de trabalho.

Outro aspecto relevante nessa discussão é que há de se ter clareza de que o posicionamento ético-político, defendido no projeto profissional hegemônico no Serviço Social, vai de encontro à direção ético-política e socioeconômica dominante hoje em nossa sociedade. Esse fator limita os meios para uma ação profissional que se quer nessa direção. Parafraseando Frigotto (1993, p. 185) – ao se referir à ação dos educadores –, os limites de uma ação democrática e voltada para a luta por cidadania no Serviço Social coincidem com os limites da democracia e da cidadania na sociedade de classe. Isso significa que a mediação política é fundamental na passagem da teoria à prática.

Mostrar as tensões objetivas e subjetivas para a construção de finalidades vinculadas à perspectiva teórica de transformação na prática profissional do assistente social faz-se importante na medida em que se quer defender os instrumentos e técnicas da intervenção como elementos fundamentais na ação profissional e, portanto, imprescindíveis na formação profissional, melhor dizendo, quando se quer influir no debate sobre instrumentos e técnicas na formação profissional para que disso resulte uma mudança nos seus tratamentos. Nessa direção, quer-se afirmá-los como elementos que compõem os meios de trabalho, elementos que, dentre outros, compõem a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, a qual, por sua vez, mantém uma relação de unidade com as demais dimensões aqui expostas. O que se pretende é situar o instrumento como um elemento que só se põe quando em relação, no sentido de estar relacionado às finalidades, como um dos elementos que permite objetificar as finalidades, materializá-las.

### 2.3. Instrumentos e Racionalidade Emancipatória

Nesta seção, trato diretamente da segunda questão recorrente posta pela categoria: *o referencial teórico marxista não se viu acompanhar de um arsenal de instrumentos e técnicas próprios.* Tanto a teoria, a ética e a política são indissociáveis da escolha dos meios, como na busca dos meios para tornar ato uma finalidade, são necessários instrumentos e, portanto, habilidade em seu uso. Assim, a formação profissional deve contemplar discussões aprofundadas sobre esse elemento da intervenção, não o restringindo a uma das dimensões – teórica, ética ou política.

Faz-se importante, primeiramente, situar o lugar que ocupam os instrumentos nessa unidade. Lanço mão de duas afirmativas de Lukács (2004, p. 96). A primeira, já mencionada no início deste capítulo, “o trabalho para se realizar pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios”, indica a imprescindível presença dos conhecimentos teóricos e dos meios para a efetivação do trabalho. A segunda, “no processo social real é que surgem as finalidades, a busca dos meios e a aplicação dos meios”, indica que não basta escolher os meios, é preciso aplicá-los. É aqui que situo os instrumentos e técnicas como elementos que constituem os meios, bem como a aplicação dos meios, estreitamente articulado aos fins e, por isso, aos elementos que compõem esse processo: teoria, ética e política.

Aplicar os meios requer conhecer os instrumentos, ter habilidades para utilizá-los, capacidade para criá-los e escolher os mais adequados às finalidades postas.

Contudo, já foi afirmado aqui que a teoria não gera instrumentos próprios. O que seria, então, a relação possível entre teoria e instrumentos? A teoria empresta à prática o conhecimento da realidade, a qual é o objeto da transformação; o conhecimento dos meios e de sua utilização, os quais permitem a transformação; o conhecimento da prática acumulada, em forma de teoria; e uma finalidade ideal, que antecipa os resultados objetivos a atingir, o projeto, cujos resultados reais não correspondem às finalidades ideais. Nesse sentido, se a teoria não oferece os instrumentos e técnicas de intervenção propriamente ditos, ela pode oferecer subsídios para que eles sejam escolhidos, criados e utilizados.

A teoria contribui com o redimensionamento dos instrumentos ao oferecer a forma de tratá-los, as estratégias e as abordagens, porquanto podemos utilizar instrumentos diferentes em nossa intervenção, mas que os utilizemos de acordo com o método por nós aceito. Daí, método não poder ser confundido com procedimentos metodológicos, com instrumentos,

estratégias e abordagens, mas sim compreendido em uma intrínseca relação com a teoria e com o processo de conhecimento. Um método pode se articular com estratégias de abordagens e instrumentos vários, bem como um mesmo instrumento pode ser utilizado por diferentes métodos. Portanto, a relação que deve ser mantida é entre teoria e método.

A formação teórica é decisiva para a compreensão do significado social dessa operacionalização. Todavia, é possível se ter clareza desse projeto, de seus objetivos e de seus fins, sem, no entanto, ter-se qualificação para a operacionalização da ação.

Posso destacar, então, dois grandes âmbitos da teoria que remetem, através de mediações, à escolha e à operacionalização dos instrumentos e técnicas. São eles:

- 1- o âmbito da análise das tendências estruturais da ordem burguesa e da compreensão da dinâmica dos fenômenos<sup>8</sup> com os quais se deparam os profissionais em sua prática cotidiana; e
- 2- o âmbito da teleologia, ou seja, da projeção, da finalidade.

O primeiro âmbito, a teoria entendida como um "instrumento para compreender com maior profundidade, riqueza e amplitude os fenômenos da vida" (Lukács, 1978, p. 163), tem por missão propiciar o conhecimento do conteúdo da atividade prática. Dessa forma, a teoria oferece a compreensão da dinâmica social em que se insere o objeto da intervenção, o significado social dessa intervenção, ou seja, ela possibilita compreender até que ponto determinada atividade prática está contribuindo para a construção da história humana, ajudando a conhecer o verdadeiro potencial da prática: como práxis social e histórica.

De certa forma, o que a teoria oferece é a capacidade de pensar sobre os conteúdos postos pela população, sobre os significados das diversas expressões da questão social que chegam até o profissional e que são objetos de intervenção. Ela oferece a compreensão da dinâmica social em que se insere o objeto da intervenção e o significado social dessa intervenção, mas esse conhecimento não se traduz, de forma imediata, em instrumentos no sentido técnico-operativo. Para isso, é preciso pensar a intervenção, estudar o fenômeno como processo e indicações que possam subsidiá-la. Nas palavras de Lukács, mediado pelo particular, captar o universal e deste retornar ao singular, ou seja, tomar o singular como expressão particular

<sup>8</sup> Os fenômenos têm uma dupla condição: são objetos necessários de conhecimento - porque são processos sociais - e objetos de intervenção.

de um fenômeno universal. Explicar os processos sociais que produzem as expressões da questão social e como são apreendidas e vivenciadas pelos sujeitos em seu dia a dia.

Todavia, conforme já ressaltado, a fim de que a teoria possa ser uma força para a ação, primeiramente ela precisa ser aceita e apreendida pelos homens. Faz-se fundamental a interferência dos sujeitos com suas subjetividades. Dessa maneira, uma análise crítica da realidade não implica, de imediato, uma intervenção crítica na realidade. Para se ter uma prática crítica faz-se necessário, conforme Montaño (2000, p. 134), que o profissional adote uma perspectiva que deve ser dada

pelo próprio objeto, considerado como totalidade, procurando apreender a realidade concreta em sua complexidade e totalidade, não segmentando ou 'recortando' artificialmente o objeto em diversas 'perspectivas', ou em várias sub-áreas, ou inclusive em distintos níveis da realidade social; portanto, uma perspectiva definida a partir do objeto, a *posteriori*, e não a partir de tal ou qual profissão, a *a priori*.

Assim, uma intervenção crítica não significa, necessariamente, uma intervenção com qualidade. A questão é: em que medida essa competência crítica de intervir tem sido retraduzida em padrões de qualidade para a população? É importante frisar, contudo, que uma análise e uma intervenção crítica são imprescindíveis para uma intervenção com "competência",<sup>9</sup> mas não suficientes.

O que compete à teoria é revelar as mediações que constituem a prática, é mostrar que a prática é um processo histórico determinado pela ação dos homens, é referenciar a prática e, dentro dela, os instrumentos e técnicas. O que cabe à teoria, nesse sentido, é oferecer subsídios na utilização desses instrumentos, ou seja, imputar a eles a finalidade, a análise,

<sup>9</sup> Estou entendendo por análise crítica aquela que "a) procura, com a teoria, a reprodução da realidade mesma, b) mantém relação, interlocução e diálogo polêmico com autores de diversas correntes, o que permite, c) uma profunda análise dos processos sociais contemporâneos e d) uma seletividade do conhecimento teórico (dos produtos, dos processos e dos critérios que levaram a sua elaboração, e) isto em um marco de participação político-social." (Montaño, 2000, p. 104-105).

<sup>10</sup> Refiro-me, aqui, a uma "competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o 'como fazer' ao 'o que fazer' e, este, ao 'dever ser', sem perder de vista seu enraizamento." (Iamamoto, 1998, p. 80).

o conceito, o conteúdo; dar a eles um significado próprio, condizente com os princípios fundamentais da teoria que os orienta.

A análise de tendências sociais realizadas a partir da teoria possibilita a antecipação de demandas que vão além das colocadas, no momento, pelo mercado de trabalho, ou seja, a teoria permite analisar, considerar e transcender as demandas advindas do mercado de trabalho, o que exige um profissional qualificado que responda a essas demandas, mas que também vá para além do mercado. As respostas às demandas imediatas não podem ser também imediatas; é necessário que se conheçam os fundamentos dessas demandas, um conhecimento teórico-prático. Exige-se, então, uma formação que contemple uma competência técnica – que saiba operacionalizar os projetos –, uma competência ético-política – que avalie as prioridades e as alternativas viáveis à ação, que analise as correlações de forças e que saiba fazer alianças – e teórica – que permita a elaboração de análises, inclusive para investigar novas demandas para criar projetos.

O segundo âmbito – o âmbito da teleologia, ou seja, da projeção, da finalidade. A importância da teoria se revela aqui por oferecer a possibilidade de compreensão dos aspectos sócio-históricos que interferem nas condições e nas relações de trabalho, bem como nas condições de vida da população, possibilitando a construção de propostas de trabalho que venham ao encontro das reais demandas postas pelo público, que busca por serviços sociais, e que sejam coerentes com os limites e possibilidades impostos pela profissão.

De posse da demanda, a partir da compreensão da realidade, do conhecimento da instituição com a qual se trabalha, o profissional tem condições de escolher e criar os instrumentos e as técnicas mais adequadas àquela situação e de buscar a forma de operacionalizá-lo, de maneira que ajude a se aproximar das finalidades ideais do início da ação, transformando-as em finalidades reais. A escolha dos instrumentos e técnicas a serem utilizados requer um conhecimento prévio dos processos, das determinações e das conexões sociais em que está inserido o objeto de sua intervenção, o que lhe é fornecido pela teoria. Ou seja, o manuseio do instrumento não dispensa orientação teórica, ele implica um conhecimento teórico.

Ao esclarecer os objetivos, as possibilidades e as forças sociais atuantes, a teoria pode imprimir rumos à ação, contribuindo, também, para a compreensão das finalidades e possível afastamento dos obstáculos que venham a surgir no processo de execução, por oferecer elementos para uma análise crítica desses obstáculos. Reforçando esse argumento, Silva e Silva (1995, p. 223) chama a atenção para a necessidade de superar as

propostas metodológicas do Serviço Social tradicional, o que só ocorrerá com uma “articulação de instrumentos e técnicas de ação com um corpo teórico consistente e coerente com a *intencionalidade* da ação profissional”.

A partir da análise da realidade, que é fundamental para uma intervenção com competência, devem ser projetados, construídos e utilizados instrumentos de intervenção que poderão contribuir com os objetivos a atingir, tendo em vista as condições concretas para isso. Tais objetivos, por sua vez, também devem ser construídos tendo por referência a análise da sociedade e dos fenômenos postos na realidade.

É aqui que se encontra a relação possível entre teoria, fins, meios, instrumentos e prática: se a análise da realidade é feita com base na apreensão da Teoria Social de Marx, isso possibilitará uma análise crítica da sociedade burguesa, e a intervenção nessa realidade poderá apoderar-se dessa crítica – resguardados os limites impostos por uma prática profissional. Para isso, deve-se optar por instrumentos que não somente contribuam para a solução ou minimização dos “problemas” imediatos postos pelos sujeitos sociais, mas também que contribuam para que os agentes envolvidos tenham uma interpretação aproximada dos fenômenos que envolvem esses sujeitos, podendo identificar tais fenômenos como uma totalidade – que é a expressão da questão social refletida nele – de uma totalidade mais complexa, no caso, a sociedade capitalista. É preciso compreender, assim, que a situação com que se deparam é um complexo dentro de um complexo maior.

A teoria nos possibilita a análise e a avaliação das circunstâncias e causalidades postas, ela abriga a análise das experiências e o estudo das condições objetivas que indicam a necessidade e a possibilidade dessa prática. Reforçando esse argumento, recorro novamente a Lukács (1978, p. 3),

quando se diz que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser e não – como se supõe a partir das supracitadas visões irrealistas – que ela é carente de força.

Contudo, conforme já exposto, não só a direção teórica influencia o tipo de intervenção que se pretende, como também o tipo de sujeitos envolvidos no processo, seu comprometimento ético-político e a própria estrutura da sociedade. Esses elementos são essenciais na construção dos instrumentos de intervenção, sendo determinantes para a eficiência e eficácia da ação, as quais devem ser avaliadas tendo por parâmetro as

finalidades postas no projeto ético-político da profissão, nas finalidades aceitas pelo profissional e nos objetivos postos pela instituição. Assim, pode-se afirmar que os instrumentos são movimentados a partir da capacidade teleológica dos agentes envolvidos no processo: profissionais, população, instituição e sociedade.

Faz-se necessário, também, questionar as finalidades postas, evitando o perigo de restringi-las a uma racionalidade interna, que diz respeito apenas ao emprego dos meios em sua adequação aos fins estabelecidos. Sendo os instrumentos utilizados como meios de efetivar uma finalidade, a escolha dos instrumentos não é, de maneira alguma, "neutra", ou seja, não se trata apenas de um aspecto técnico, uma vez que ele visa a um fim que não é somente atingir uma eficiência e produtividade, mas sim determinada eficiência e produtividade: eficiência e produtividade nas condições da ordem capitalista. Assim, a escolha do instrumento cumpre, além de uma função técnica e operacional, uma função política e ideológica.

Se atentos a isso, o uso dos instrumentos não está obrigatoriamente a serviço de uma práxis manipulatória ou de uma razão mecanicista, característica do "período da decadência" (Coutinho, 1972), em que alguns procedimentos práticos são repetidos mecanicamente sem uma ligação com as finalidades e realidade postas, ocorrendo, assim, uma ação burocratizada, na qual o "caráter repetitivo da ação burocratizada bloqueia o contato criador do homem com a realidade, substituindo a apropriação humana do objeto por uma manipulação vazia de dados, segundo esquemas formais pré-estabelecidos" (*Idem*, p. 27), o que redundará na extrema formalização do real, na formalização da prática, na separação entre forma e conteúdo.

Na manipulação, "a burocratização da práxis penetra na vida privada, produzindo a ilusão ideológica de uma completa subordinação da vida humana a regras formais [...] a subordinação do todo social à manipulação tecnológica" (*Ibidem*, p. 61-62). Ou seja, transpõe-se, de maneira mecânica, a forma de um determinado processo a outro novo processo: "o conteúdo se sacrifica à forma, o real ao ideal, e o particular concreto ao universal abstrato." (Vázquez, 1977, p. 261).

Coutinho (1972) adverte que a simples manipulação é uma das primeiras formas de contato do homem com a natureza, quando a finalidade de seu trabalho tem um caráter mais limitado, quando o reflexo do real é um reflexo fixado na aparência.<sup>11</sup> Adverte também que a manipulação, por

<sup>11</sup> A Razão Moderna se constitui de duas dimensões que lhe são imprescindíveis: a dimensão instrumental, que se resume na preocupação com os meios para intervir e manipular o mundo, e a dimensão emancipatória, que não permite apenas instrumentalizar e manipular o mundo, mas também instrumentalizar os fins, os quais permitem a liberdade.

si só, não é um mal. Em algumas situações, tais como nas atividades que se pretendem um domínio imediato da natureza, ela se faz necessária:

A práxis torna-se manipulatória nos casos em que é possível uma execução eficaz do ato teleológico sem que seja necessário levar em conta a objetividade da coisa em si, ou em que se possa deixar de lado o esclarecimento racional da finalidade proposta. Assim, tende a converter-se em manipulatória a práxis cotidiana, repetitiva, habitual, tornada inconsciente. (Coutinho, 1972, p. 78-79).

A práxis manipulatória é considerada limitada e limitadora do real quando torna-se o tipo predominante de práxis humana, pois dificulta a apreensão do significado social da práxis, principalmente quando se trata de atividades cujos objetos são sociais, uma vez que "quando o homem reduz a realidade a simples objeto de manipulação, empobrece simultaneamente sua própria essência, convertendo-se assim, por sua vez, em outro objeto manipulável" (*Idem*, p. 80). A imprevisibilidade é aqui perseguida como algo indesejável, buscando-se o previsível, daí a imitação. Por isso, tem-se que extrapolá-la, para não se fixar numa prática repetitiva, sem criatividade, que não leva em consideração a essência dos fenômenos a serem tratados. Todavia, não se deve partir para o extremo oposto, negar: sem critérios, toda prática é repetitiva. Repetir uma ação, em alguns casos, torna-se necessário para consolidar uma prática, o que é muito importante.

Nessa direção, Kosik (1989) denuncia que o Capitalismo vem romper com o vínculo direto entre o trabalho e a criação, separando os produtos dos produtores. Dessa forma, a técnica se separa das avaliações e dos fins, hipervalorizando-se a eficácia dos meios em detrimento da adequação destes aos fins e favorecendo a adequação ao que Kosik denomina de "razão racionalista" (*idem*, p. 91).<sup>12</sup> Eu diria que o Capitalismo não separa a técnica dos fins, mas sim que os fins, no Capitalismo, passam a ser a utilização de meios apenas a serviço do Capital, daí a importância da crítica aos fins.

O uso dos instrumentos traduz uma concepção de mundo, uma situação social, uma situação histórica, a "qual decide o modo de escolha e de aplicação de uma técnica concreta" (Lukács, 1978, p. 191) e deve ser

<sup>12</sup> Guerra (1995) denomina essa razão de "racionalidade instrumental", na qual "os meios justificam os fins".

desvelada para que não se caia numa práxis manipulatória característica da sociedade burguesa.

Não é o uso dos instrumentos e técnicas que imputa ao Serviço Social um caráter conservador. Mas é o caráter conservador, impregnado nessa profissão, que imputa ao uso dos instrumentos um viés "tecnicista". Dessa maneira, não se deve negar o uso destes, mas deixar claro os fins que se busca alcançar, uma vez que "se propõe objetivos o homem precisa utilizar racionalmente os meios de que dispõe para realizá-los" (Paro, 2001, p. 19). Esse caráter conservador do Serviço Social não é originário dos instrumentos e técnicas utilizados para concretizar seus objetivos conservadores, mas resultado das condições socioeconômicas e políticas vigentes na sociedade, que os determinam e que imputam ao uso dos instrumentos e técnicas uma lógica estritamente manipulatória.

Os instrumentos e as técnicas acolhem em si as relações sociais e de poder, daí seu caráter político. Eles guardam as contradições contidas nessas relações, sendo, assim, amplas as suas potencialidades.

De outro modo, quero ressaltar com isso que a escolha e o uso dos instrumentos de intervenção dependem da natureza dos fins pretendidos e das condições concretas presentes. Por sua vez, a escolha dos fins deve levar em consideração, também, as condições concretas de realização e as possibilidades ou capacidade real de realizá-los. A existência de objetivos não é suficiente, é necessário que eles sejam perseguidos de maneira efetiva e que encontrem condições objetivas na realidade; que passem do âmbito do ideal para o do real, da possibilidade para a efetividade. Nesse sentido, é fundamental a busca dos meios, a escolha de instrumentos e, portanto, a construção e o desenvolvimento de habilidades para o manuseio desses instrumentos.

A escolha e o manuseio dos instrumentos e técnicas estão intimamente relacionados aos princípios, métodos, natureza, condições objetivas e dos objetivos da profissão, do profissional e da instituição. Esses estão articulados aos interesses de classe. Assim, os instrumentos e técnicas devem ser escolhidos e manuseados à luz dessa direção. De acordo com Paro (2001, p. 30),

em seu desenvolvimento histórico, o homem atingiu um estágio em que ele não apenas utiliza racionalmente seus recursos para atingir fins, mas possui também consciência desse fato. Por isso pode refletir sobre ele e sistematizar os conhecimentos, técnicas e procedimentos já alcançados e buscar intencionalmente fazê-los avançar de modo mais acelerado.

Sendo assim, a meu ver, ao se criticar a utilização de um instrumento e de uma técnica, tem-se de fazê-lo criticando as intenções nela contidas: "nem todos os meios são justificáveis, mas apenas aqueles que estão de acordo com os fins da própria ação [...] fins éticos exigem meios éticos." (Chauí, 1995, p. 339).

Discordo da afirmativa de que para se operacionalizar instrumentos basta o bom senso, não precisando de ensinamentos. Afirmar que com o bom senso o profissional já saberia utilizar os instrumentos e técnicas de ação é afirmar que os profissionais de nível técnico não precisam aprender o uso dos instrumentos necessários ao exercício de sua função. É afirmar que as pessoas "naturalmente" estão habilitadas a manusear qualquer instrumento de trabalho, sem exigência de nenhum preparo.

No caso do Serviço Social, é subestimar ou banalizar, é não perceber a complexidade dos instrumentos, tais como a entrevista, a reunião, a visita domiciliar na vida do usuário. O usuário leva para uma entrevista, reunião ou visita domiciliares sua vida privada, sua intimidade e, como tal, deve ser respeitado; para que isso ocorra, não basta o bom senso. Há, na relação entre profissional e usuário, uma relação de poder que deve ser conhecida e trabalhada adequadamente, ou seja, a relação entre os atores envolvidos na ação profissional se dá na operacionalização de um instrumento. É necessário, portanto, que se domine o manuseio desses instrumentos para que se alcance uma relação apropriada, almejada na finalidade posta pelo profissional e pautada no código de ética profissional: uma relação democrática, justa, que prime pela equidade social.

São essas singularidades que precisam ser tratadas na formação profissional por todos os órgãos responsáveis por ela. Um cientista que não domina os instrumentos de pesquisa jamais será um bom pesquisador. O mesmo ocorre com o profissional do Serviço Social. Se a academia não enfrentar esse desafio, o profissional continuará a buscar, em outras profissões afins, "modelos" de atuação e continuará a afirmar que na *prática a teoria é outra*.

A formação tem de garantir espaço de discussão sobre os instrumentos utilizados nas abordagens individuais e coletivas, bem como sobre as singularidades do Serviço Social nessas abordagens, extrapolando a setorização no âmbito de outras áreas (da Psicologia, da Administração, da Medicina, da Educação etc.).

Afirmo antes que os instrumentos utilizados pelo Serviço Social não são, em sua maioria, específicos dessa profissão. Eles geralmente são oriundos das Ciências Sociais e Humanas, principalmente da Psicologia, da Educação e da Administração de Empresas, no entanto, considero

que eles guardam uma singularidade quando utilizados pelo Serviço Social. A entrevista ou a reunião, quando utilizadas por um psicólogo, podem ter as mesmas regras e normas que quando utilizadas pelo Serviço Social, porém, o conteúdo trazido pela população ali presente deverá ser abordado de forma diferente, assim como seu foco de atenção – objetivos, demandas, competências – e seus possíveis desdobramentos serão, igualmente, distintos.

O assistente social não tem formação apropriada para um trabalho psicológico. O objetivo profissional de “escuta”, “alívio de tensões” e “catalisar” torna-se vazio diante da impossibilidade de uma ação aprofundada. A prática interventiva do assistente social deve centrar-se em possibilitar ao usuário uma análise e uma compreensão da realidade social. Ou seja, sua intervenção deve contribuir para que as demandas trazidas pela população que busca por serviços sociais seja compreendida em sua dimensão universal, para que, daí, possa-se proceder às providências cabíveis àquela singularidade que agora é vista de outra forma, tanto pelo assistente social quanto pelo sujeito.

O assistente social vai intervir no âmbito da “questão social”, não desprovido de suas refrações no sujeito, as quais exigem respostas imediatas, priorizando os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que se singularizam no sujeito. Conforme Iamamoto (1998, p. 194), o assistente social deve não só estar atento aos sujeitos com quem trabalha, sua cultura, seu modo e condições sociais de vida, como também

apropriar-se dos processos sociais macroscópicos que as geram e as recriam e, ao mesmo tempo, de como são experimentadas e vivenciadas pelos sujeitos nelas envolvidos. Localizam-se aí fontes para a formulação de propostas de ação, de programáticas de trabalho, alimentando um fazer profissional criativo e inventivo.

Portanto, está faltando ao Serviço Social pensar sobre o sentido dos instrumentos e sua melhor adequação às finalidades e aos objetos da intervenção; além de pensar sobre como utilizar os instrumentos de intervenção e discutir quais são eles, tendo em vista que essa profissão não se confunde com as demais profissões das ciências sociais e humanas, a despeito de se relacionar com os diversos campos do conhecimento. A ausência dessa reflexão incorre em dificuldades de se ministrar tal conteúdo em função da ausência de um corpo de conhecimentos comuns a serem trabalhados e de referências bibliográficas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do livro, procurei dar centralidade à relação teoria/prática que se mantém na práxis. Teoria e prática estão subsumidas no processo das objetivações humanas, sendo a teoria o que possibilita explicar, interpretar, examinar o objeto. É dessa forma que se pode inferir a relação de unidade entre um movimento de apropriação do mundo pelo ideal e a intervenção material.

Toda prática tem um significado social, ela é constituída por determinações que têm uma legalidade interna e, portanto, inteligível à razão. Entretanto, essa legalidade não é aparente, é necessário um movimento que gere um conhecimento teórico sobre esse fenômeno. Assim, nem a teoria se transforma em prática nem a prática se transforma em teoria. Quando se tem um procedimento teórico sobre a prática, ela expressa uma teoria. De outro modo, essa teoria poderá modificar a prática quando for utilizada para avaliá-la e interpretá-la.

Nesse sentido, a função da teoria – em relação aos instrumentos e técnicas – em uma prática profissional consiste em oferecer ao profissional o *significado social* de sua ação. Portanto, a relação teoria/prática encontra-se em uma apreensão teórica que possibilita a compreensão das práticas profissionais e a estrutura de seus objetos. Ela explicita as tendências presentes no movimento da realidade, bem como as manifestações particulares no campo sobre o qual incide a intervenção profissional. Conforme Iamamoto (1992, p. 179),

a teoria não se ‘aplica’ ao real, mas fornece parâmetros para uma análise criativa que recupere as especificidades do processo de formação da sociedade nacional, dos movimentos e inflexões conjunturais, dos atores e forças políticas aí presentes.

Outra questão igualmente central, aqui discutida, foi a da passagem da teoria à prática, que não se faz de forma imediata, direta. Essa passagem envolve uma finalidade que põe causalidades, ao mesmo tempo em que requer escolhas entre alternativas – escolhas tanto dos fins quanto dos meios. Ambos supõem níveis de teoria, valores, considerações acerca das determinações da realidade ou das condições causais e da liberdade. Está em pauta um conhecimento objetivo correto dos materiais